

APONTAMENTOS ACERCA DAS PRINCIPAIS FORMAS DE COOPERAÇÃO NA CHINA ENTRE 1950 E 1966

Claudete Pagotto*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de abordar alguns aspectos relevantes que configuraram as formas de cooperação na República Popular da China no período 1950-1966, destacando, por meio de uma análise preliminar, os métodos de gestão estabelecidos na produção agrícola e industrial. Tendo em vista que a utilização dos meios de produção e a divisão do trabalho foram determinadas por uma maioria de produtores imediatos, a questão que se coloca é a da existência do primado das relações de produção e das relações de classe no interior de processos políticos e sociais tão complexos. Alguns elementos são, portanto, fundamentais para aprofundar a questão e, talvez, nosso texto tenderá a ser um estudo voltado para os efeitos econômicos, mas salientamos que procuraremos articular a estes a relevância dos movimentos políticos presentes nesse período, que são de suma importância para o debate sobre a conceituação e a construção do socialismo.

OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIALISTA NA PRODUÇÃO

De 1949 a 1952, segundo Bergère,¹ “a burguesia foi conduzida a colaborar na reconstrução econômica”. Com o fim das guerras civis e sob condi-

ções meteorológicas favoráveis, a produção reencontrou “em 1952 o seu nível de antes da guerra, com uma colheita de 154 milhões de toneladas de cereais”, enquanto a produção industrial registrou uma queda na produção em relação aos anos de antes e durante a guerra. Um fator importante que contribuiu para essa queda, segundo a autora, foi a perda de um importante instrumento industrial que, abandonado pelos japoneses na Manchúria, foi desmontado pelos soviéticos em 1945-1946. Mas, de modo geral, em apenas três anos, as ruínas das guerras foram recuperadas, as usinas reparadas e a rede ferroviária reparada e ampliada.

A colaboração da burguesia nacional e o reconhecimento de que o capitalismo podia desenvolver-se no interior dos processos revolucionários eram circunstâncias compreendidas dentro de certos limites. Em *Sobre a nova democracia*, Mao expõe:

[...] a república não confiscará o resto da propriedade privada capitalista, nem proibirá o desenvolvimento da produção capitalista que “não possa dominar a via material do povo”, já que a economia chinesa é ainda muito atrasada.²

Supunha-se que a burguesia nacional iria participar da reconstrução econômica no âmbito da nova democracia. No entanto, ela tentava ganhar o domínio na economia através da especulação financeira e do monopólio sobre os produtos agrícolas, mas foi golpeada no terreno econômico pelo novo Estado, pois lhe foi exigido colocar seus conhecimentos e capitais a serviço da construção do socialismo.

* Doutoranda em Sociologia pelo IFCH-Unicamp e membro do Neils-PUC/SP.

Entretanto, o Estado atuava nesse campo de modo contraditório ao fornecer matérias-primas e apoio financeiro, permitindo a expansão das empresas da burguesia e ao mesmo tempo restringia a exploração capitalista dessas empresas por meio de políticas de proteção aos preços, ao trabalho e ao controle da produção, golpeando a especulação e outras atividades ilícitas. “Esse processo contraditório no trato com setor capitalista da economia foi carregado de atritos”.³

Em 1950, a nova lei agrária confiscou as terras e os meios de produção pertencentes aos proprietários agrários. Significou um rompimento com os “modelos”; conforme Daniel Aarão Reis Filho foi uma revolução agrária que não estava prevista “em nenhum ‘modelo’ ocidental”, porque se assentava no campesinato e utilizava como instrumento orgânico o Exército Popular de Libertação. E inclusive, diante do

[...] fracasso da frente única com o *Kuomintang* – em 1927 e 1946 – e das experiências revolucionárias baseadas nas cidades desmoronaram os planos de tutela da Internacional Comunista, enfraquecendo o fascínio pelos “modelos” elaborados em Moscou.⁴

Na citação de Mao Tsé-Tung, podemos observar que a revolução se identifica com a conversão de milhões de camponeses pobres em proprietários de terras, o que se dá, nesse caso, no âmbito das relações do direito à propriedade:

A república adotará certas medidas necessárias para confiscar as terras dos latifundiários e as distribuirá entre os camponeses que não têm terra ou que têm pouca terra, tornando realidade a palavra de ordem do Dr. Sun Yat-sen “a terra para aquele que nela trabalha”, com a finalidade de abolir as relações feudais no campo e converter a terra em propriedade privada dos camponeses. Será permitida a existência da economia do camponês rico. Tal é a política de “igualdade do direito à propriedade da terra”.⁵

O movimento social camponês provava na prática sua capacidade política e seu potencial revolucionário. A continuidade e a duração da



Mao Tsé-Tung

luta revolucionária, por meio da aliança entre as três classes – operária, camponesa e a burguesia nacional –, que constituiu a força social principal da revolução. A possibilidade desse agrupamento de forças sociais foi possível porque, segundo Bettelheim,⁶ a burguesia chinesa não era uma burguesia imperialista. Ao contrário, era a burguesia de um país vítima da agressão imperialista e capaz de manter, até certo ponto, um

espírito revolucionário, conforme a citação de Mao Tsé-Tung:

A burguesia nacional chinesa, por pertencer a um país colonial e semicolonial e ser oprimida pelo imperialismo, ainda tende, em certos períodos e até certo ponto, a se opor aos imperialistas estrangeiros. Mas, ao mesmo tempo, exatamente por pertencer a um país colonial e semicolonial e ser, em conseqüência, extremamente fraca nos terrenos econômico e político, a burguesia nacional chinesa tem também outro caráter, ou seja, sua tendência para a conciliação com os inimigos da revolução.⁷

A reforma agrária significou a transferência de cerca de 47 milhões de hectares (quase a metade das terras cultivadas) para 300 milhões de camponeses pobres, que receberam 15 ares *per capita* (ou seja, cerca de dois terços de hectare por família), e tornaram-se co-proprietários ou de um animal, ou de um arado. As terras tomadas foram, portanto, redistribuídas aos camponeses pobres, sendo que 70 milhões de camponeses médios mantiveram a sua propriedade e 40 milhões de camponeses ricos tiveram a sua propriedade reduzida. Foram também organizadas fazendas ou granjas estatais, cujos trabalhos eram realizados por trabalhadores assalariados.⁸

Levar adiante, de maneira metódica e ordenada, a reforma agrária. Como a guerra terminou basicamente no território continental e a situação atual difere por completo da dos anos 1946-1948 (o Exército Popular de Libertação estava empenhado então na luta de morte contra os reacionários do *Kuomintang* e o desenlace da luta estava incerto), o Estado se encontra agora em condições de fazer empréstimos aos camponeses pobres para ajudá-los a superar suas dificuldades, compensando-os assim com o que lhes vai faltar ao obterem menos



Sun Yat-sen

terra na divisão. Em conseqüência, deve haver uma mudança em nossa política a respeito dos camponeses ricos – a substituição da política de expropriação de seus excedentes de terras e de bens pela de conservar a economia de camponês rico –, a fim de facilitar a pronta recuperação da produção nas zonas rurais e, ao mesmo tempo, favorecer o isolamento dos latifundiários e a proteção aos camponeses médios e aos pequenos arrendatários de terras.⁹



Charles Bettelheim

Essa fragmentação extrema da propriedade, conforme Bergère,¹⁰ guardou riscos econômicos evidentes. Mas a reforma permitiu a generalização e o aprofundamento do processo revolucionário que visou a derrubada do poder dos

proprietários agrícolas. Entretanto, esses riscos somados à pequena quantidade de equipamentos agrícolas e às condições atrasadas da produção conformavam um sério obstáculo à elevação da produção. Tais circunstâncias passaram a ser o mote para que os camponeses ricos comesçassem a agir se utilizando da especulação e de práticas de exploração do trabalho.

Dessa forma, conforme afirma Pischel, na “[...] revolução agrária, os camponeses pobres deviam ser agrupados em associações que eram propriamente organizações de classe e não deviam acolher em suas fileiras os camponeses médios e ricos”.¹¹

É importante ressaltar que esse aspecto econômico-político se relacionava com as tradições de solidariedade que existiram no interior do campesinato chinês. E a essa característica somavam-se as diversas formas de produção pré-capitalista; a limitação de recursos; e, essencialmente, as condições ambientais que fazem da solidariedade e da ajuda mútua uma

necessidade objetiva aos chineses.¹² O período da Guerra de Resistência contra o Japão (1937-1945) é outro importante fator no qual o Exército Vermelho, para salvar as bases revolucionárias, juntou-se aos camponeses que lhes propiciavam não só condições de subsistência, como a produção delas – de modo coletivo –; por exemplo no distrito de Ansai, no norte de Shensi, criou-se uma cooperativa de produção agrícola de caráter socialista. Além de estimular,

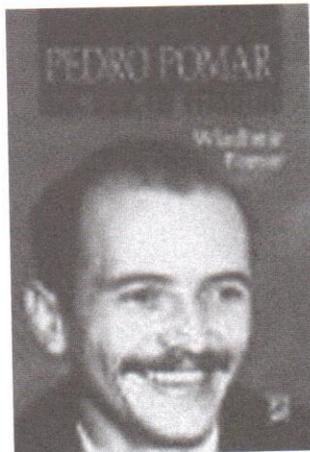
inclusive, a ampliação da base revolucionária.

Nesse período, a ajuda mútua entre os camponeses pobres possuiu um forte conteúdo de luta de classes, por demonstrar ser um instrumento de resistência contra os camponeses ricos. Neste sentido, é possível afirmar que a cooperação aqui adquire um conteúdo essencialmente político, uma vez que não foi o modo de produzir, com suas técnicas, máquinas e tecnologias, que determinou as formas de cooperação, mas por ser, conforme Pomar,¹³ “uma decisão política” que buscou determinar um modo de produzir por meio de técnicas rudimentares e tradicionais, baseado essencialmente no trabalho artesanal.

Nas cidades, o artesanato e o pequeno comércio surgiram em função do baixo nível das forças produtivas e dos meios de circulação. É no âmbito do comércio que surgem os primeiros grupos cooperativos. No entanto, os artesãos permaneciam produzindo ou nas suas casas ou nas oficinas, ou seja, de modo ainda disperso. Quando os artesãos passavam a organizar a produção num mesmo prédio, os meios de produção e os produtos passaram a ser coletivos. De modo análogo, o comércio organiza-se em lojas cooperativas, unificando o abastecimento de mercadorias, sua venda e os cálculos de ganhos e perdas. A remuneração dos membros destas passava a depender ou do seu trabalho, ou da renda obtida pela cooperativa.

O coletivismo acelerado propiciou a transformação do trabalho artesanal em cooperativas, nas quais

o Exército Vermelho, para salvar as bases revolucionárias, juntou-se aos camponeses que lhes propiciavam não só condições de subsistência, como a produção delas – de modo coletivo.



Vladimir Pomar

foi iniciado o emprego de máquinas e adotado o sistema de salário fixo. No pequeno comércio, esse procedimento transformou as lojas cooperativas em empresas comerciais estatais e privadas. Entretanto, proporcionou uma drástica redução na variedade de artigos produzidos; criou excesso de oferta de alguns bens e escassez de outros; e manteve estagnado ou rebaixado o nível de renda dos trabalhadores.

OS MOVIMENTOS DOS “ANTIS”

Aliado ao movimento de restauração econômica que compreende a reforma agrária, o restabelecimento da indústria e o saneamento financeiro, a repressão à contra-revolução é outro episódio importante, conforme Del Rio,¹⁴ porque se refere à luta contra os vícios entre os funcionários (movimentos dos três “antis”: contra a corrupção, o esbanjamento e o autoritarismo) e a luta contra a burguesia nacional (movimento dos cinco “antis”).

Nas cidades, os círculos comerciais tornaram-se o alvo dos “cinco antis”, o que mobilizou as massas urbanas contra a fraude fiscal e comercial, a prática de suborno, o desvio dos fundos públicos e a extorsão de informações econômicas. “A burguesia vê aproximar-se o fim de uma colaboração a que havia sido *convidada* três anos antes”.¹⁵

Na atualidade, é sumamente necessário e oportuno que, em todas as cidades do país, antes de tudo nas grandes e médias, travemos em grande escala, apoiando-nos na classe operária e nos unindo aos burgueses que acatam as leis e com outros habitantes urbanos, uma luta ferrenha e radical contra os burgueses transgressores das leis, culpados de suborno, sonegação de impostos, roubo de bens do Estado, burla nos contratos com o Estado e roubo de informações econômicas, de modo que esta luta se combine com a que se trava dentro do partido, do governo, do exército e das organizações populares contra a corrupção administrativa, o esbanjamento e o burocratismo.¹⁶

Para Del Rio, Mao Tsé-Tung expõe esses fenômenos não como um sintoma de um mal social que deve ser atacado, modificando o próprio regime social, mas como sendo objetos de uma repressão individualizada. Para o autor, não existe uma conexão entre esses males e as relações sociais e políticas, as diferenças, a divisão social do trabalho, próprias do novo regime. Passa a ser um entendimento limitado que dificulta a abordagem de tais pro-

blemas em toda a sua dimensão e desenvolver modificações que são necessárias para superá-los: instauração de formas de poder das próprias massas trabalhadoras, lutar para atenuar a divisão social do trabalho, então existentes.¹⁷

Mas o movimento dos “cinco antis” permite que se estenda o controle do Estado a numerosas empresas que são obrigadas a tomar empréstimo de fundos públicos para trabalhar sob contrato com órgãos oficiais, dos quais recebem créditos e fornecimento de matérias-primas. Essas empresas são chamadas a cooperar com o setor nacionalizado e socialista e como resultado a maioria sofreu uma fusão com empresas estatais, transformando-se em grandes empresas mistas, de capitalismo de Estado. Essa cooperação desencadeia em 1956 o desaparecimento total do setor privado, tanto na indústria como no comércio.¹⁸

A economia e o Estado chinês, conforme exposição de Mao Tsé-Tung abaixo, vão adquirindo características particulares devido aos processos revolucionários cujo objetivo principal é a distribuição da riqueza e não alcançar patamares de geração dessa riqueza:

A maior parte da atual economia capitalista da China é uma economia capitalista submetida ao controle do governo popular, vinculada de diversas formas à economia socialista estatal e supervisionada pelos operários. Já não é uma economia capitalista comum e corrente, mas particularmente, vale dizer, uma economia capitalista de Estado de novo tipo. Sua principal razão de ser não é dar lucros aos capitalistas, mas satisfazer as necessidades do povo e do Estado. É certo que uma parte dos lucros produzidos pelos operários ainda vai parar nas mãos dos capitalistas, mas esta só representa uma pequena porção – aproximadamente um quarto – do total dos lucros, enquanto as outras três quartas partes ficam para os próprios operários (na forma de fundos de bem-estar), para o Estado (na forma de impostos de renda), assim como para a ampliação das instalações de produção (uma pequena parte dos lucros derivada dessa ampliação vai parar nas

A economia e o Estado chinês
vão adquirindo características
particulares devido aos
processos revolucionários cujo
objetivo principal é a
distribuição da riqueza e não
alcançar patamares de geração
dessa riqueza.

mãos dos capitalistas). Em consequência, essa economia capitalista de Estado de novo tipo tem em grande medida um caráter socialista e é benéfica para os operários e o Estado.¹⁹

É possível que Estado de “novo tipo” tenha consigo elementos de natureza burguesa, mas sob o governo de um partido revolucionário realiza políticas de caráter estritamente sociais e universais. Neste sentido, o planejamento estatal seria a forma necessária para que a produção social não tivesse o objetivo do lucro, mas com a finalidade, conforme Sweezy, de “humanização socialista”. Entretanto para este autor, é possível no socialismo coexistirem o planejamento estatal e o mercado. Não iremos nos alongar nesta questão, mas segundo o autor, em determinado estágio da economia, certas atividades podem não estar submetidas ao planejamento estatal, podendo permanecer sob o controle do mercado.²⁰



Paul Sweezy

Em três anos, a Revolução Chinesa atravessou processos de restauração econômica, rompeu com as velhas estruturas sociais e começava a dar sinais de que era preciso “enveredar por um caminho mais especificamente socialista”.²¹ Para os dirigentes socialistas, nessa época, o caminho não seria outro que o traçado pela URSS. Não só porque a razão alegada fosse a falta de experiência, mas porque a “adoção do ‘modelo soviético’

devia-se a uma concepção superficial da transição socialista e era daí que provinha a identidade com a experiência stalinista”.²²

O APOIO DA URSS

O I Plano Quinquenal (1953-1957) representou não somente a transformação da China em uma grande potência industrializada, mas possibilitou uma modificação radical nas estruturas de produção no que se refere à realização política de coletivização agrária e da nacionalização das empresas indus-

triais. Os dirigentes chineses inspiraram-se no exemplo soviético, ao mesmo tempo “que se beneficiam de sua ajuda financeira e de sua cooperação técnica”.²³ A industrialização se processou pela implantação de empresas gigantes, modernas e onerosas, por meio da concessão em forma de créditos a longo prazo pela URSS e pelo envio de cerca de 10 mil técnicos soviéticos. Mas, antes

mesmo que o quinquênio terminasse, começaram a surgir as primeiras críticas a ele.

A coletivização agrária após três anos, depois da distribuição de terras, corresponde, no plano político, à necessidade de não deixar desenvolver no campo uma nova classe de camponeses ricos e, no plano econômico, à necessidade de resolver as dificuldades de exploração criadas pela divisão extrema da propriedade. Em 1953, a regulamentação do mercado de cereais pelo Estado, por meio do Sistema Unificado de Compra e Venda, teve o objetivo de assegurar o controle sobre a produção e a distribuição. Esse sistema exigia dos camponeses a entrega de seus excedentes; visava limitar o autoconsumo dos camponeses e é apresentado como uma espécie de seguro, onde o Estado comprometia-se a vender o cereal a baixo preço, em caso de colheitas insuficientes.²⁴

As equipes de ajuda mútua foram substituídas pelas cooperativas de forma inferior, ou *semi-socialistas*, que agrupavam de 20 a 50 famílias e, dentro das quais, a retribuição se fará em função do trabalho oferecido, mas também da contribuição inicial em ferramentas e terras. Posteriormente, nas cooperativas de tipo superior, ou *socialistas*, será abolida a propriedade e os camponeses conservarão, para uso pessoal, uma pequena área de terra privada.

COOPERATIVAS DE TIPO INFERIOR

A gestão das cooperativas de tipo inferior era realizada por meio de uma direção e as famílias trabalham como equipes. As glebas foram unificadas, sendo trabalhadas como uma única unidade produtiva. O resultado da produção continuava a pertencer ao usufruto de cada família, mas calculado por um sistema de “pontos-trabalho”. Esse sistema surge como uma forma de remunerar de um modo

Em três anos, a Revolução Chinesa atravessou processos de restauração econômica, rompeu com as velhas estruturas sociais e começava a dar sinais de que era preciso “enveredar por um caminho mais especificamente socialista”.

mais justo o trabalho agrícola. Na época dos grupos de ajuda mútua, a remuneração do trabalho era feita pelo resultado de uma jornada (ou meia jornada) de trabalho, sem levar em conta a qualidade ou a quantidade do trabalho realizado. Depois da formação das cooperativas, esse sistema mostrou-se insuficiente, na medida em que se buscava uma maneira de remunerar o trabalho por meio de um sistema em que pudesse aplicar o princípio de “a cada um segundo o seu trabalho”.²⁵

Segundo Pomar, a gestão e a administração das cooperativas assim como os diretores das empresas e os responsáveis pelo trabalho agrícola passaram a ser nomeados e os ganhos obtidos eram destinados ao Estado, que os redistribuía de acordo com o plano estatal. O abastecimento e as vendas, centralizadas em entidades estatais comerciais, buscavam eliminar o contato direto das cooperativas com o mercado. O partido foi gradativamente “assumindo todos os assuntos administrativos e tornando-se a verdadeira direção prática das empresas e cooperativas. Em muitas fábricas seu diretor nominal era um, mas seu diretor de fato era o secretário do comitê do partido”.

A estrutura geral do poder se configurava fundamentalmente sobre o partido ou, mais precisamente, sobre seus órgãos dirigentes articulados com o Exército. Conforme Del Rio, o partido aparece, como uma instituição oficial, integrante formal do poder estatal, e instância suprema do poder.²⁶ Portanto, ao atuar no interior das empresas e das cooperativas o partido está exercendo o seu papel de fiscalizador dos estabelecimentos e de mantenedor da subordinação do governo para si. Conforme se constata na citação de Mao: “[...] é preciso que todos os problemas principais e importantes sejam primeiro discutidos e decididos pelos comitês do partido e que depois o governo se encarregue de executar as decisões tomadas”.²⁷

COOPERATIVAS DE TIPO SUPERIOR

Em 1955, o discurso de Mao Tsé-Tung sobre a cooperação agrícola mostra a importância que se revelou a formação de cooperativas no país e a necessidade de acelerar e transformar ainda mais este potencial. Ao final desse ano, a população rural

organizada em cooperativas inferiores sofrerá as mudanças substanciais dessas na direção da organização das cooperativas de tipo superior, ou *socialistas*. E isso não ocorreu sem manifestações dos trabalhadores, quando estes identificaram a resolução com um processo ainda maior de intensificação do trabalho.

Provavelmente seja necessário elevar mais ao menos o dobro da cifra inicial, isto é, elevar o número de cooperativas em torno de 1.300.000, de modo que em cada um dos mais ou menos 200.000 cantões, salvo algumas regiões fronteiriças, haja uma ou várias pequenas cooperativas de produção agrícola de tipo semi-socialista, que servirão de modelo. Por volta de um ou dois anos, essas cooperativas terão acumulado experiência e se tornado maduras, e então as pessoas aprenderão com elas. Durante os quatorze meses que nos restam até a colheita de outubro do próximo ano, deve ser possível cumprir esse plano de criação de cooperativas.²⁸

Partindo das premissas de Del Rio, esse processo acelerado corresponde à concepção sobre a qual há uma clara identificação entre *socialização e supressão da propriedade individual*, quando neste mesmo discurso Mao Tsé-Tung expõe que:

Na atualidade, estamos realizando não só uma revolução no sistema social, isto é, a transformação da propriedade privada em propriedade social, mas também uma revolução técnica: a transformação da produção manual em produção moderna, mecanizada e em grande escala. Ambas as revoluções estão ligadas entre si. Na agricultura, dadas as condições de nosso país, há que se fazer primeiro a cooperativização.²⁹

Desse modo, se supõe que a eliminação do caráter jurídico da propriedade individual traz consigo a implantação de relações sociais de produção socialistas.³⁰ Para Mao Tsé-Tung, portanto, a questão fundamental parecia se concentrar na passagem da propriedade individual para a propriedade estatal.³¹

O discurso de Mao Tsé-Tung sobre a cooperação agrícola mostra a importância que se revelou a formação de cooperativas no país e a necessidade de acelerar e transformar ainda mais este potencial.

As exigências técnicas da agricultura industrializada conduziram à organização da cooperação agrícola por meios estritamente econômicos. Essa cooperação possui aspectos distintos daqueles decorrentes da resistência política dos camponeses perante seus exploradores, por apoiar-se em forças produtivas desenvolvidas, meios científicos e tecnológicos, meios produtivos mais desenvolvidos, que transformam a cooperação no trabalho não só em uma necessidade econômica natural, mas baseada no trabalho industrial sob a produção em larga escala.

As terras e os meios de produção, excetuando-se uma pequena parcela de propriedade individual, passavam a ser propriedade das cooperativas de tipo

Chama a atenção para a importância da indústria e da agricultura e, buscando corrigir os rumos da revolução, Mao Tsé-Tung procurou destacar de modo crítico alguns aspectos da experiência soviética.

superior ou *socialistas*, e não mais das famílias que congregavam as cooperativas de tipo inferior. A maior parte dos meios de produção deixava de ser propriedade privada individual e passava a ser propriedade coletiva. O sistema de trabalho adotado não era mais a família que determinava o tempo ou a jornada de trabalho nem mesmo as atividades agrícolas que se ia realizar. Os dirigentes eleitos da cooperativa organizavam as equipes

de produção conforme as necessidades gerais. Somente após a jornada de trabalho, que variava de acordo com as safras do ano, os camponeses podiam dedicar-se à sua parcela de usufruto individual. Mas essas alterações na gestão das cooperativas proporcionavam distorções na administração que podem ser atribuídas ao controle severo, as metas estipuladas eram superiores à capacidade de trabalho dos camponeses e, também, por outra parte havia situações em que não havia controle nenhum e o tempo que deveria ser dedicado ao trabalho coletivo era sim desviado para as atividades particulares dos camponeses.³²

Conforme Naves,

[...] a adoção desse modo de industrialização levou efetivamente a um desenvolvimento acelerado das forças produtivas, mas provocou também um afastamento dos objetivos a que se propõe uma sociedade de transição

socialista, com a tendência à agudização das contradições entre a cidade e o campo, à desconsideração das necessidades materiais dos trabalhadores, ao surgimento de uma camada de agentes privilegiados e à burocratização e ao distanciamento das massas do aparelho estatal.³³

Em 1956, Mao Tsé-Tung defende uma revisão dos ritmos da planificação e por força da aceleração da coletivização agrária quer promover uma aceleração análoga à produção, sem, no entanto, recorrer à URSS. Em *Sobre dez grandes comunicações* chama a atenção para a importância da indústria e da agricultura e, buscando corrigir os rumos da revolução, Mao Tsé-Tung procurou destacar de modo crítico alguns aspectos da experiência soviética:

Estes dez problemas se colocam tendo como eixo uma orientação fundamental: mobilizar todos os fatores positivos de dentro e de fora do país para colocá-los a serviço da causa socialista. No passado, a fim de acabar com a dominação do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático e conseguir a vitória da revolução democrática popular, já seguíamos a orientação de mobilizar todos os fatores positivos. Esta é a mesma que atualmente seguimos para levar adiante a revolução socialista e a construção de um país socialista. Contudo, existem em nosso trabalho alguns problemas que é preciso abordar. Algo que merece especial atenção são certos defeitos e erros existentes no processo da edificação socialista da União Soviética, que ultimamente vieram à luz. Alguém deseja repetir os caminhos que eles trilham? No passado, conseguimos evitar certos caminhos graças justamente a que levamos em conta suas experiências e lições, e agora com maior razão devemos corrigir com rigor certas debilidades nesse sentido.³⁴

AS CEM FLORES

O ano de 1956 foi marcado por greves operárias, reclamações camponesas e críticas de intelectuais, além da apresentação do relatório Kruschew, denunciando as “violações da legalidade socialista” por Stálin. Mao Tsé-Tung propõe, nesse contexto, que viessem à tona as críticas e os descontentamentos. O movimento das Cem flores permitiria corrigir erros e combater “idéias erradas”, e tinha o objetivo de reforçar o poder do PCCh conforme seu discurso: *sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo*. Neste discurso, os inimigos são aqueles que se opõem à construção socialista e

o “povo” são os que a apóiam. Mas no interior, ou melhor, no seu seio, existem contradições antagônicas e não-antagônicas.

Nas condições atuais de nosso país, essas contradições compreendem: as contradições dentro da classe operária, dentro do campesinato e dentro da intelectualidade; as contradições entre a classe operária e o campesinato; as contradições entre os operários e camponeses, por uma parte, e os intelectuais, por outra; as contradições entre a classe operária e os demais trabalhadores, de um lado, e a burguesia nacional, do outro; as contradições dentro da burguesia nacional, etc.

Nosso governo popular é um governo que representa realmente os interesses do povo e que está a serviço dele. Contudo, entre o governo e as massas populares também existem certas contradições. Estas incluem as contradições entre os interesses do setor estatal, os interesses do setor coletivo e os interesses individuais, entre a democracia e o centralismo, entre dirigentes e dirigidos e entre as massas e certos trabalhadores governamentais com estilo burocrático. Todas estas também são contradições no seio do povo. Falando em termos gerais, as contradições no seio do povo são contradições que se dão sobre a base da identidade fundamental dos interesses deste.³⁵

Ou seja, a contradição entre a burguesia nacional e o proletariado é antagônica, mas por meio de um *tratamento apropriado* poderá transformar-se em não-antagônica, poderá ser resolvida pacificamente, ao passo que uma contradição *mal enfrentada* poderá se transformar em antagônica e ter de ser resolvida como se enfrentam os inimigos.

Contudo, nas condições concretas da China, essa contradição antagônica entre as duas classes, se tratada apropriadamente, pode transformar-se em não-antagônica e ser resolvida por meios pacíficos. Mas a contradição entre a classe operária e a burguesia nacional se converterá numa contradição entre nós e o inimigo se é tratada como se deve, isto é, se não aplicamos a política de unidade, crítica e educação a respeito daquela da burguesia nacional, ou se ela não aceita a nossa política.³⁶

Segundo Snow, este estudo de Mao Tsé-Tung remete ao seu discurso em 1937 *Sobre a contradição*, proferido em Yenan para analisar as forças de classe que lutavam entre si na China. A tese de



Stálin

1956 afirmava que existiam contradições não só na sociedade burguesa e entre forças socialistas e capitalistas, mas também entre burocracias governamentais e o povo das sociedades socialistas – e até entre partidos e Estados socialistas em diferentes estágios de evolução para o comunismo. Quando se permitia que essas contradições chegassem ao antagonismo ou à violência, até o Estado socialista podia ser derrubado pelo seu próprio povo.

Snow busca uma explicação sobre o significado desta explanação de Mao Tsé-Tung em 1957:

“Que se abram cem flores e que compitam cem escolas” é a orientação para promover o desenvolvimento da arte e do progresso da ciência e de promover o florescimento da cultura socialista de nosso país. Na arte, podem desenvolver-se livremente distintas formas e estilos e, na ciência, competir livremente diferentes escolas. Consideramos prejudicial ao desenvolvimento da arte e da ciência recorrer a medidas administrativas impondo um particular estilo de arte ou uma determinada escola e proibindo outros. O problema do certo e do errado na arte e na ciência deve ser resolvido mediante discussões livres nos círculos artísticos e científicos e por meio da prática nesses terrenos, não de maneira simplista. Para determinar se uma coisa é certa ou errada se requer amiúde um período de prova. Na história ocorre com frequência que o novo e correto não obtém no início o consenso da maioria dos homens, e só consegue desenvolver-se em meio de lutas e vicissitudes.³⁷

A tese de 1956 afirmava que existiam contradições não só na sociedade burguesa e entre forças socialistas e capitalistas, mas também entre burocracias governamentais e o povo das sociedades socialistas.

Pensamentos como de Heráclito de Efeso (*Tudo passa, Deus é dia-noite*, tensão e luta de opostos, princípio e fim são comuns num círculo), segundo Snow, assemelham-se aos sábios *taoístas* chineses. “Deixar desabrochar cem flores” é uma citação de um dos pensadores do período dos Estados Guerreiros (403-221 a.C.). Não significa literalmente um cento de qualquer coisa, e sim o debate livre de idéias. E ao combater as “idéias erradas” se consolidava a força política

do povo e, nesta medida, a liberdade poderia adquirir um âmbito cada vez maior.

O movimento das “Cem flores” teve um sentido inverso do esperado. Revelou insatisfações e críticas da intelectualidade contra a burocracia do Estado, deflagrou greves operárias e nas cooperativas, manifestações estudantis, matança de animais de criação e outras formas de protesto multiplicaram-se. Inclusive o espaço estava aberto para ação dos sabotadores e elementos anti-socialistas. Todas essas manifestações foram entendidas como um questionamento da hegemonia do partido, o

que resultou na repressão e na prisão de sabotadores e elementos anti-socialistas, cujas denúncias os qualificavam, sem distinção, como sendo portadores de idéias de “direita”.

A intensidade desses movimentos fez com que houvesse um amplo movimento de retificação interna de seu partido, dirigido contra o burocratismo, o sectarismo e o subjetivismo, e, ao mesmo tempo, se ataca-

va com rigor os elementos anti-socialistas. Houve o envio de dirigentes e estudantes para o trabalho nos campos ou nas fábricas com o objetivo de transformar os indivíduos que qualificavam com desprezo o trabalho produtivo, uma vez que, nesse ambiente de retificação, se engendrou um processo de descentralização por meio da ampliação dos poderes locais.

O “GRANDE SALTO PARA FRENTE”

Em 1958 já em curso o II Plano Quinquenal, o partido planejou, por meio de uma grande mobilização social, duplicar a produção de aço e unificar as cooperativas de tipo superior em comunas populares. E o plano dos 12 anos para a agricultura, concebido em 1955, começa a ser implementado com uma meta de aumento de 250% da produção de cereais para o ano de 1967.



1958 - O grande salto

Segundo Bergère,

[...] a realização desses milagres é confiada às massas. A mão-de-obra rural, até então subempregada, será mobilizada e distribuída pelas grandes obras de irrigação, de construção de estradas ou pontes. A força de trabalho assim liberada permitirá o desenvolvimento de infra-estrutura sem a necessidade de utilizar o excedente agrícola. Na prática, esse apelo às massas, lançado num país cujas técnicas modernas ainda estavam aquém do necessário, implicou no fomento aos processos artesanais e às tecnologias intermediárias. A nova estratégia, que se apóia no ardor das massas, nos investimentos em trabalho, nas técnicas tradicionais e nas iniciativas locais, não desloca a importância do papel do Estado, nem dos capitais, da tecnologia ou da planificação. Mas “faz um apelo aos chineses para que utilizem simultaneamente todos os seus recursos, combinem todos os procedimentos, *andem sobre suas pernas*.”³⁸

No plano político, essa estratégia supõe uma mobilização geral da população, o que significa que a tomada de consciência revolucionária torna-se o fator mais importante para o desenvolvimento do socialismo do que propriamente a simples qualificação técnica.

A estratégia do Grande salto para frente não constitui uma rejeição ao modelo soviético. O objetivo é realizar o desenvolvimento da agricultura e da indústria, mas com meios diferentes. O pensamento de Mao Tsé-Tung busca restabelecer o princípio do primado das relações de produção sobre as forças produtivas e da ideologia sobre as relações de produção. Para alguns essa formulação criou ilusões, despertou esperanças e rebeliões, como para Garaudy, que enfaticamente atribui ao Grande salto

um retorno às utopias pré-marxistas do falanstério. Na prática o Grande salto conduziu a um retorno ao velho comunismo utópico. Mesmo ultrapassando os objetivos fixados “por cima”, os quadros locais levaram o zelo ao extremo de coletivizarem todos os aspectos da vida, desde os refeitórios comunitários até a supressão, em certos casos, da retribuição segundo o trabalho e de todos os estímulos materiais, apelando apenas para a consciência moral comunista do trabalhador. Só assim, pensava-se, poderia ser destruído todo e qualquer vestígio da velha mentalidade individualista e forjado o espírito do homem comunista.³⁹

As iniciativas de lançar ações de mobilização demonstraram, na verdade, o caráter restrito do

Essa estratégia supõe uma mobilização geral da população, o que significa que a tomada de consciência revolucionária torna-se o fator mais importante para o desenvolvimento do socialismo.

movimento de massas, ao contrário do que se entende à primeira vista, “assim como a incapacidade de Mao Tsé-Tung de compreender que as contradições no interior do partido e do aparelho estatal eram as expressões de interesses de classes distintos”. E a sua percepção de que “estava em curso um progressivo afastamento do socialismo leva-o a promover o Grande salto”.⁴⁰



1959 - Comunas populares

COMUNAS POPULARES

De modo a reorganizar e acelerar a produção no campo por meio de um conjunto de ações voltadas à educação e à capacitação técnica das massas e com a introdução de centros de produção industrial,

formaram-se as comunas populares, que agruparam as antigas cooperativas em grandes unidades, buscando realizar um grau de coordenação e de socialização do trabalho superiores às experiências anteriores e nas quais também ocorreria intensa atividade de natureza educacional, intelectual e artística visando o surgimento de novas relações sociais.⁴¹

A primeira comuna popular surge em Henan na primavera de 1958 e é proposta como exemplo a todo o país. Reencontra-se aqui o processo pelo qual se estimula a experiência isolada e, em caso de êxito, é apresentada como modelo antes de ser imposto o princípio. “Ao sancionar a lei que permite a criação das comunas rurais, quatro meses serão suficientes para substituir 700 mil cooperativas por 26 mil comunas”.⁴²

Nascidas da fusão das cooperativas, as comunas reúnem de 10 mil a 50 mil pessoas e se estendem por vários milhares de hectares. Esse movimento de concentração visou estabelecer uma unidade de base que dispunha de importantes meios de produção e de uma enorme mão-de-obra necessária para a construção de grandes obras hidráulicas; assegurar a mecanização das operações agrícolas e a industrialização local. A comuna teve também um papel na gestão das coisas públicas. O Estado delegou-lhe responsabilidades importantes em matéria de defesa, educação e aspectos fiscais.

Estendida a milhares de membros, a noção da propriedade coletiva tende, com efeito, a enfraquecer-se, para dar lugar a um sistema de propriedade

pelo “povo em conjunto”. As glebas privadas são suprimidas, as atividades domésticas subsidiárias são condenadas, os cereais são distribuídos gratuitamente de acordo com as necessidades de cada um. Entretanto, a “experiência do Grande salto tem

como saldo uma profunda crise econômica que atinge todos os setores de atividades e faz vacilar o regime sobre suas bases”.⁴³

A experiência das comunas populares na China, segundo Bettelheim, demonstrou ser a possibilidade de existir um “campeinato socialista”.⁴⁴ As comunas abordadas pelo autor são uma organização de base camponesa, tendo como referência a família como unidade de produção e a existência de lotes privados para o cultivo doméstico, “individual”. Segundo o autor, a “maior parte das vezes a colheita é repartida em função das necessidades familiares”, o que configura uma condição distinta do proletário da produção industrial, pois está inserido na esfera da produção de modo independente e tem a liberdade de produzir os bens imediatos à sua sobrevivência. Por outra parte, o autor coloca outra situação na qual “as pessoas decidiram cultivar tudo em comum e suprimir as parcelas individuais”, estabelecendo uma condição distinta do camponês, pois começa a se configurar um tipo de proletário rural.

A principal argumentação de Bettelheim sobre o projeto socialista das comunas populares está em defender que o desenvolvimento do campo se faça sob o controle dos camponeses, conforme expõe nesta citação:

Uma das conseqüências das transformações das relações sociais e ideológicas que acompanharam o desenvolvimento das Comunas Populares é constituída pelo fato de serem *os próprios camponeses* a pensar que precisam cada vez mais de novos meios de produção, como máquinas, adubos químicos e eletricidade. Isto significa que o progresso das forças produtivas da agricultura não é “trazido de fora”, mas que resulta das suas *próprias transformações internas*, o que constitui uma condição essencial para a utilização correta dos novos meios de

A comuna teve também um papel na gestão das coisas públicas. O Estado delegou-lhe responsabilidades importantes em matéria de defesa, educação e aspectos fiscais.

produção, nomeadamente dos meios mecânicos e dos adubos.⁴⁵

O autor sustenta que o desenvolvimento das forças produtivas no campo se submete ao desenvolvimento de novas relações de produção. Assim, é importante examinar se essa formulação possui uma contradição específica, pois as relações de propriedade e as formas de produção estão acima do desenvolvimento das forças produtivas. Porém, para o autor, o importante é que a mediação é feita pelo Estado, que a seu ver é “indispensável para a crescente socialização das forças produtivas”. Uma vez que no interior das comunas populares há processos que prepara o “passo da propriedade coletiva à propriedade do povo inteiro”.⁴⁶

Os planos do Grande salto e das comunas não puderam suportar a pressão conjunta dos diversos fatores, que, segundo Ortiz, por si só mostraram um bom número de desajustes com a realidade e suas necessidades e “que os objetivos marcados eram freqüentemente inalcançáveis”.⁴⁷

A prioridade concedida às indústrias traduziu-se pelo aumento muito rápido dos investimentos do Estado, cujas injeções maciças de capitais estimularam a produção, mas os novos bens de equipamento não puderam ser absorvidos em ritmo tão rápido pela indústria pesada ou pela agricultura. Segundo análise, “esse fenômeno de sobre investimento

decorre não de uma superabundância de capitais, mas de sua má distribuição”.⁴⁸

A rápida descentralização administrativa e também geográfica colocou cerca de 73% da produção industrial sob o controle das autoridades locais. Essa iniciativa brutal provocou uma grande desordem e desperdícios na administração. Um exemplo de desperdício é proporcionado pelos pequenos altos-fornos.

O teor de enxofre e de fósforo do metal é tão elevado que não é possível utilizá-lo nas usinas siderúrgicas (sob pena de fabricar caldeiras passíveis de explosão), nem misturá-lo ao aço moderno, que ele contamina, nem mesmo reservá-lo para fabricação de instrumentos de trabalhar a terra.⁴⁹

A política de reajustamento, que é então instituída, representa um retorno à ordem, mas não ao modelo soviético. Visava afastar os perigos imediatos e, sobretudo, restabelecer a produção agrícola. Ainda conforme Bergère,

[...] os bens confiscados são devolvidos aos seus proprietários, para “fortalecer a frente agrícola” e começa-se a mandar de volta ao campo os trabalhadores que as indústrias urbanas em declínio não têm necessidade [...]”⁵⁰

sem, no entanto, abandonar o sistema das comunas populares. Essas são parcialmente destituídas de conteúdo. As brigadas continuam como as antigas cooperativas que haviam sido fundidas para a criação das comunas, mas que haviam sobrevivido na nova organização. Em 1961, são transferidas as propriedades dos meios de produção e as responsabilidades de gestão às brigadas. As glebas privadas e os mercados livres subsistem, as equipes de trabalho continuam sendo a unidade de produção e de administração.

Entretanto, uma grande disputa ideológica e política dividiu a sociedade chinesa, apresentada como um episódio de “luta entre as duas linhas” – a de Mao Tsé-Tung e a de Liu Shaoqi, a do socialismo e a do capitalismo. De um lado estavam aqueles que consideravam necessário abrir um amplo leque de oportunidades para o desenvolvimento das forças produtivas do socialismo, mesmo que isso configurasse um certo crescimento das atividades privadas e, portanto, de elementos capitalistas. De outro, os que defendiam que o problema principal consistia no aperfeiçoamento das relações de produção socialistas, através da luta ideológica e política.

Em 1966, essa disputa ganhou uma expressão máxima com a Revolução Cultural, que consistiu na organização de um movimento de massas dirigido por Mao Tsé-Tung, defensor do aperfeiçoamento das relações de produção por meio da ação e da luta ideológica. A grandeza e os limites da “linha” revolucionária desse movimento compreendem dois aspectos importantes, segundo Ortiz: primeiro, por entender que nas sociedades em transição do capitalismo ao comunismo persistem as classes e as lutas de classes, não como herança, mas sob novas formas, e surgem porque foram criadas as condições para o surgimento de um novo grupo privilegiado. E segundo, por entender que as revoluções só podem ser obra das massas trabalhadoras, e ter

Nas sociedades em transição do capitalismo ao comunismo persistem as classes e as lutas de classes, não como herança, mas sob novas formas.

chamado as massas e levado adiante essa revolução, tê-las mobilizado e considerado seu combate e sua iniciativa como o fator essencial.⁵¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de transformação da produção na China foram conduzidos por etapas que ora condensam tradições e a necessidade de um desenvolvimento do sentido prático diante das tarefas colocadas para construção do país devastado por guerras civis e calamidades naturais, ora desmobilizam experiências em curso. Falar em etapas não significa dizer que as reais transformações operadas na sociedade chinesa se deram de modo linear, mas, quando do aprofundamento sobre o funcionamento, por exemplo, das comunas populares, é possível encontrar elementos de gestão que remontam às cooperativas de tipo inferior, ou ainda, as do tipo superior, principalmente no que se refere ao sistema de cálculo sobre a remuneração das unidades de produção.

Historicamente a adoção dessas medidas, por exemplo, não se deu sem luta; uma luta que envolveu em determinadas circunstâncias classes de novo tipo, cujos interesses se dividiam entre “linhas” distintas de pensamento. No entanto, um aspecto importante desse processo foi a participação dos dirigentes no trabalho manual e dos operários na gestão das empresas como uma forma de propiciar o avanço do conhecimento dos problemas concretos que envolvem cada situação. Essa participação incluiu, além disso, organizações de massas que não se restringiram propriamente à organização das cooperativas ou das comunas, mas que compreenderam todo o processo de transformação social empreendido por lutas revolucionárias. Além inclusive dos conteúdos políticos e ideológicos constitutivos desses processos, os quais ultrapassam os limites deste presente estudo. Mas, buscamos expor de modo sucinto algumas formas de cooperação, seus limites e avanços no processo histórico de construção do socialismo na China.

NOTAS

- 1 Marie-Claire Bergère. *A economia da China popular* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980), p. 47.
- 2 Mao Tsé-Tung, “Sobre la nueva democracia”, em *Obras escogidas*, tomo II, p. 368, <http://www.marxists.org/espanol>.
- 3 Wladimir Pomar, *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1987), pp. 62-63.

- 4 Daniel Aarão Reis Filho, *A revolução chinesa* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981), p. 107.
- 5 Mao Tsé-Tung, “Sobre la nueva democracia”, cit., p. 368.
- 6 Charles Bettelheim et al., *La construcción del socialismo en China* (México: Ediciones Era, 1966), p. 19.
- 7 Mao Tsé-Tung, “Sobre la nueva democracia”, cit., pp. 362-363.
- 8 Marie-Claire Bergère. *A economia da China popular*, cit., p. 47.
- 9 Mao Tsé-Tung, “Luchemos por um mejoramiento fundamental de la situación financiera y económica del país”, em *Obras escogidas*, tomo V, p. 26, <http://www.marxists.org/espanol>.
- 10 Marie-Claire Bergère. *A economia da China popular*, cit., p. 47.
- 11 Enrica Collotti Pischel, *La revolución china* (México: Ediciones Era, 1966), p. 217.
- 12 Charles Bettelheim et al., *La construcción del socialismo em China*, cit., 17.
- 13 Vladimir Pomar, *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo*, cit., p. 32.
- 14 Eugenio Del Rio, *La teoría de la transición al comunismo en Mao Tsé-Tung (1949-1969)* (Madri: Editorial Revolución, 1981).
- 15 Marie-Claire Bergère. *A economia da China popular*, cit., p. 49 (grifo meu).
- 16 Mao Tsé-Tung, “Sobre la lucha contra los “tres males” y los “cinco males”, em *Obras escogidas*, tomo V, p. 67, <http://www.marxists.org/espanol>.
- 17 Eugenio Del Rio, *La teoría de la transición al comunismo en Mao Tsetung (1949-1969)*, cit., pp. 28-29.
- 18 Wladimir Pomar, *A revolução chinesa* (São Paulo: Editora Unesp, 2003), p. 63.
- 19 Mao Tsé-Tung, “Acerca del capitalismo de Estado”, em *Obras escogidas*, tomo V, p. 105, <http://www.marxists.org/espanol>.
- 20 Paul Sweezy & Charles Bettelheim, *Sociedade de transição: luta de classes e ideologia proletária* (Porto: Portucalense Editora, 1971), p. 6. Sweezy foi interpelado por Bettelheim, que procurava mostrar as insuficiências explicativas daquele autor sobre a intervenção soviética nos países do Leste Europeu. A polémica travada entre eles ressaltou aspectos relacionados à conceituação de socialismo, aos conflitos de interesses coletivos e à situação histórica daqueles países.
- 21 Marie-Claire Bergère. *A economia da China popular*, cit., p. 49.
- 22 Marcio Bilharino Naves, *Mao: o processo da revolução* (São Paulo: Brasiliense, 2005), pp. 56-57.
- 23 Marie-Claire Bergère, *A economia da China popular*, cit., p. 48.
- 24 *Ibidem*.
- 25 Hélène Marchisio, “Los sistemas de remuneración en las comunas populares”, em Charles Bettelheim et al., *La construcción del socialismo en China. México* (Ediciones Era, 1966), p. 78.
- 26 Eugenio Del Rio, *La teoría de la transición al comunismo en Mao Tsetung (1949-1969)*, cit., pp. 24-25.
- 27 Mao Tsé-Tung, “Contra las ideas burguesas en el partido”, *Obras escogidas*, tomo V, p. 113, <http://www.marxists.org/espanol>.
- 28 Mao Tsé-Tung, “Sobre el problema de la cooperativización agrícola”, em *Obras escogidas*, tomo V, p. 200, <http://www.marxists.org/espanol>.

- ²⁹ *Ibid.*, p. 210.
- ³⁰ Eugenio Del Rio, *La teoría de la transición al comunismo en Mao Tsetung (1949-1969)*, cit., p. 26.
- ³¹ Marcio Bilharino Naves, *Mao: o processo da revolução*, cit., p. 57.
- ³² Wladimir Pomar, *A revolução chinesa*, cit., p. 30.
- ³³ Marcio Bilharino Naves, *Mao: o processo da revolução*, cit., pp. 57-58.
- ³⁴ Mao Tsé-Tung, "Sobre diez grandes relaciones", em *Obras escogidas*, tomo V, p. 308, <http://www.marxists.org/espanol>.
- ³⁵ Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo, em *Obras escogidas*, tomo V, p. 420, <http://www.marxists.org/espanol>.
- ³⁶ *Ibid.*, p. 421.
- ³⁷ *Ibid.*, pp. 444-445.
- ³⁸ Marie-Claire Bergère, *A economia da China popular*, cit, p. 49.
- ³⁹ Roger Garaudy, *O problema chinês* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968), p. 37.
- ⁴⁰ Marcio Bilharino Naves, *Mao: o processo da revolução*, cit., p. 59.
- ⁴¹ *Ibid.*, p. 60.
- ⁴² Marie-Claire Bergère, *A economia da China popular*, cit, p.49.
- ⁴³ *Ibidem.*
- ⁴⁴ Charles Bettelheim, *As comunas populares* (Edições Maria da Fonte. 1976), p. 89.
- ⁴⁵ *Ibidem.*
- ⁴⁶ Charles Bettelheim *et al.*, *La construcción del socialismo en China*, cit., p. 169.
- ⁴⁷ Javier Ortiz, "Sobre la lucha de líneas en la republica popular china", em *El carabo*, nº 15, 1980, p. 10.
- ⁴⁸ Marie-Claire Bergère, *A economia da China popular*, cit, p. 49.
- ⁴⁹ *Ibidem.*
- ⁵⁰ *Ibidem.*
- ⁵¹ Javier Ortiz, "Sobre la lucha de líneas en la republica popular china", cit., p. 18.